

Editorial

Comitê Editorial do Dossiê:

Débora Fonseca Barbosa
Thaís de Aguiar Leal Domingues
Ana Beatriz de Barros Monteiro

Ao buscarmos a trajetória das mulheres na história do pensamento social, filosófico, econômico, político, científico e nos diversos outros campos de conhecimento, encontramos narrativas hegemônicas que apagam e objetificam subjetividades e vozes femininas. Na contracorrente desse processo estiveram as operárias que perturbaram a Rússia em 1917, passando pela experiência das Panteras Negras até as atuais Marchas das Vadias. Os movimentos de mulheres têm se intensificado, se espalhado e se diversificado, dando conta de uma complexidade cada vez maior de demandas. Vale salientar que essas manifestações de gênero também estão situadas geopoliticamente no mundo, já que a reivindicação de novas vozes passa também pelo reconhecimento das narrativas de dominação sobre os povos que hoje agregam o Sul Global, o Terceiro Mundo, as periferias, as vozes locais silenciadas.

Frente ao atual contexto político em que se encontra o país, cujo governo tem demarcado diversos retrocessos sociais nas mais diferentes áreas, na defesa de um profundo anti-intelectualismo e da dissolução das instituições que promovem o pensamento crítico e a produção e divulgação de conhecimento, o lema *nada sobre nós, sem nós* nunca se fez tão latente. É sob essa máxima, adotada pelos diversos movimentos integrativos de minorias políticas, que abrimos o leque para pensarmos aqui nos feminismos contemporâneos e na inclusão social das várias vozes historicamente caladas. *Quem melhor que nós mesmas para falar de nossas vivências?*

Mesmo diante de um cenário em que persiste a violência misógina, diluída nas práticas e códigos normativos e culturais, os movimentos feministas e de mulheres têm se mostrado insubmissos e têm representado uma forma fundamental de resistência, sobretudo a partir da voz ativa de nós, mulheres, em espaços públicos, acadêmicos e políticos. Antes de sermos mulheres, somos corpos no mundo, brancos, negros, indígenas, férteis e inférteis, sexuais e sexualizados, periféricos e centrais, oprimidos e opressores. A tomada de consciência de nossos postos nas estruturas que nos permeiam e nos distinguem enquanto classe, raça, gênero e território é o pilar dos debates dos novos movimentos feministas e se torna imprescindível para pensarmos nosso papel enquanto mulheres, cientistas e produtoras de conhecimento.

O fortalecimento e a complexificação dessas articulações segue reivindicando a urgência de trabalhos para agregar narrativas que hoje tentam se manter fortes e afrontosas.

Seguindo essa corrente de manifestação das forças e vozes em ebulição, buscamos enfatizar as articulações do pensamento e atuação política feminista junto às práticas antiproibicionistas, desde a ressignificação das epistemologias até as políticas de enfrentamento construídas por mulheres. Assim, propõe-se que a construção de conhecimento não seja somente situada pelo entendimento geral de outras realidades, mas também pela dimensão material e objetiva de nossas vivências cotidianas, pela sabedoria não institucionalizada. Portanto, não se trata somente de uma faculdade, mas sobretudo de uma necessidade em demarcar nosso espaço no meio científico a partir do lugar do qual falamos e do nosso privilégio epistêmico.

Contudo, como podemos pensar de maneira coletiva em todas essas demandas individualizadas? A abertura para a reflexão sobre outras vivências que nos distinguem enquanto esses corpos no mundo nos faz voltar a pensar: *o que nos une enquanto mulheres?* Isso precede da importância de nos enxergarmos enquanto classe, através da criação e do fortalecimento de uma rede colaborativa entre todas nós, como afirma Angela Davis (1988), *“devemos subir e garantir que todas as nossas irmãs subam conosco”* (p. 349).

A proposta deste dossiê, portanto, centra-se em romper com a lógica hegemônica e assim passar a voz às atrizes silenciadas e ofuscadas ao longo da história, através da reivindicação da nossa atuação política passada e presente; da tomada de consciência do controle exercido sob nossos corpos e da negação estatal e civil dos nossos direitos sexuais e reprodutivos; e, sobretudo, dos espaços de desobediência civil e criação de redes de colaboração e autoajuda. Todas essas questões são desenvolvidas nos artigos apresentados na presente publicação, que, apesar de distintos em temáticas e pontos de vista teóricos, dialogam e inserem demandas interseccionais, presentes nas realidades de todas nós mulheres.

Por fim, mas não menos importante, agradecemos a todas as autoras, aos pareceristas envolvidos(as) nesta publicação e aos integrantes permanentes da Revista Praça, em especial à querida Anita Pequeno. Igualmente, nossos agradecimentos à designer gráfica Isabella Alves, que sensivelmente traduziu nossa proposta na arte de capa da presente edição. Sobretudo, a todas as mulheres que compõem essa classe da qual fazemos parte e que vêm construindo historicamente e de forma coletiva esses espaços de diálogo que ocupamos hoje. Esse trabalho é de todas nós!
